



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Federação vai escolher vice de Grass

A federação formada pelo PT-PV-PCdoB vai se reunir hoje para fechar o nome para vice do deputado distrital Leandro Grass (PV) na disputa ao Palácio do Buriti. Como o PT já escolheu a diretora do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) Rosilene Corrêa para a corrida ao Senado, o PCdoB deve ficar com o cargo. O presidente do partido no DF, João Vicente Goulart, e a decana de extensão da UnB Olgamir Amancio são os nomes mais cotados. Participam da reunião representantes dos três partidos.

Ed Alves/CB



Mandado de segurança para tentar garantir recomposição

O deputado Luís Miranda (Republicanos-DF) decidiu entrar na Justiça com Mandado de Segurança para tentar garantir a recomposição salarial das forças de segurança do DF. O principal argumento da ação é que, ao não dar andamento ao aumento de 10%, a Presidência da República desrespeita o Pacto Federativo, uma vez que o Governo do Distrito Federal enviou mensagem manifestando-se a favor do pleito e o Fundo Constitucional do DF tem recursos suficientes para cumprir com a proposta.

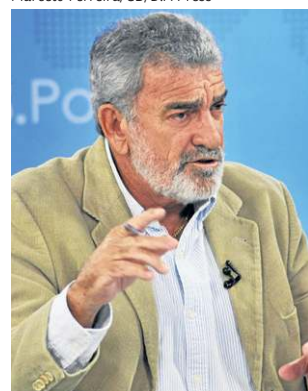
Emendas autorizam a criação de verbas indenizatórias para a PCDF

A Câmara Legislativa aprovou emendas ao Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) que autorizam a criação do auxílio-moradia e do sobreaviso indenizado aos policiais civis do Distrito Federal. As emendas são de autoria do presidente da Câmara, Rafael Prudente (MDB), e autorizam que o GDF, com recursos próprios, possa instituir a concessão desses benefícios para os policiais civis em 2023. Caso a recomposição salarial da categoria não ocorra, o auxílio-moradia poderá constar no orçamento do GDF para o próximo ano. "A concessão destes benefícios busca amenizar as perdas salariais dos policiais civis e nossa diretoria lutará para que essa demanda se torne realidade em 2023", destacou o presidente do Sinpol-DF, Enoque Venâncio. Com a autorização na LDO, o próximo passo será a sua previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023, com votação prevista para o segundo semestre de 2022.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Campanha 99

O ex-deputado e ex-diretor da Polícia Civil Laerte Bessa diz que delegados na ativa e aposentados querem deflagrar a "Operação 99". Segundo ele, é uma campanha contra a reeleição do governador Ibaneis Rocha (MDB), aos moldes do que ocorreu em 1998 quando Joaquim Roriz derrotou Cristovam Buarque, então candidato à reeleição pelo PT, e assumiu o governo no ano seguinte. "Cristovam não prestigiava a Polícia Civil e, então, fizemos campanha para derrotá-lo", afirma Bessa. Uma primeira reunião deve ocorrer hoje.

Marcha para Jesus deve reunir 50 mil fiéis

Com a participação do presidente Jair Bolsonaro, a Marcha para Jesus deve reunir cerca de 50 mil pessoas em Brasília neste sábado. O evento também contará com a presença do governador Ibaneis Rocha e de ministros e ex-ministros do governo federal. Com o tema "Pela família, pelo Brasil", a Marcha terá concentração na Praça do Buriti, a partir das 9h. Os fiéis vão percorrer a Esplanada dos Ministérios até a Praça dos Três Poderes, onde estão programados shows do cantor Davi Sacer e de outros artistas locais.

De projeto local a nacional

No PDT, cresce a torcida para que a senadora Leila Barros (PDT-DF) seja lançada como vice na chapa de Ciro Gomes. A avaliação é de que Leila é um nome forte e reúne qualidades para o posto, sendo uma das melhores opções internas. Mas Leila é pré-candidata ao Palácio do Buriti. Teria de desistir desse projeto local.

Roque de Sá/Agência Senado



Antonio Chahrestan/Record TV e Bianca Mangnighe/Divulgação



Possibilidade

Um dos nomes cotados para concorrer ao Senado pelo União Brasil é o da atriz Maria Paula Fidalgo, integrante do extinto programa *Casseta & Planeta*.

"Vocês nem perguntaram do presidente da Caixa Econômica que está sendo acusado por assédio. Mas também eu não sou procurador e não sou policial"

Ex-presidente Lula, em entrevista à rádio Educadora de Piracicaba

"A reação do Lula ao assédio contra as trabalhadoras da Caixa é lamentável e reveladora do seu machismo"

Senadora Simone Tebet (MDB-MS), pré-candidata à Presidência da República



NELSON ALMEIDA / AFP



Minervino Júnior/CB/D.A Press

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

EXECUTIVO LOCAL / Prazo para conceder recomposição dos vencimentos dos profissionais da área de segurança pública termina amanhã, mas deve ficar no papel. Associações e sindicatos demonstram insatisfação e revolta

Reação à falta de reajuste salarial

» DARCIANNE DIOGO

Sargento Wander PMDF/Divulgação



De acordo com representantes de associações da PMDF, o governador confirmou "o desprezo para com os militares"

O prazo para conceder a recomposição salarial dos integrantes das forças de segurança do Distrito Federal termina amanhã, mas não há qualquer previsão de reajuste. Com a negativa, representantes de entidades das polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros se posicionaram e demonstraram descontentamento e insatisfação. Desde 2019, os profissionais da segurança não recebem aumento e, pela Lei das Eleições, não é permitido aumentar salários de servidores no período de 180 dias que antecede o fim do mandato do atual governador, no caso, Ibaneis Rocha (MDB).

Em 15 de março, o chefe do Executivo local encaminhou ao governo federal a proposta de reajuste de 10% para as polícias civil e militar e para o Corpo de Bombeiros. No entanto, o planejamento não deslanchou. Em 2018, como promessa de campanha, Ibaneis anunciou a concessão da paridade dos salários de policiais civis aos dos policiais federais, com o mesmo aumento de 37% para as demais forças, o que não foi viabilizado. Agora, a concessão do reajuste fica para o presidente da República, Jair Bolsonaro.

O coronel Wellington Corsino, presidente da Associação dos Oficiais da Reserva Remunerada e Reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros (Assor), classifica a situação como uma falta de respeito para com os profissionais da segurança. Corsino relata que o contato das entidades com o

governador deixou a desejar e afirma que, em todas as propostas de reajuste, a entidade apenas analisou e não sugeriu. "Nesse processo de recomposição, só conseguimos falar com o governador depois de conversar com um deputado. No dia, ele recebeu nossas associações, mas disse que iria sair para

um compromisso. À noite, soube que ele (Ibaneis) havia entregue uma proposta de reajuste somente da Polícia Civil. Um ato desse confirma o desprezo do governador para com os militares", destaca. Corsino critica a distribuição de recursos e a desvalorização da segurança pública. "Ninguém é

contra que se use recursos para a educação e saúde, mas a Secretaria de Segurança Pública passou a ter participação de 50% do montante que era para ser destinado a nós. Só temos o Fundo Constitucional para financiar. O GDF faz uma gestão temerária dos recursos do fundo", pontuou.

Reuniões

Nos últimos dois anos, associações, sindicatos e comandantes das corporações se reuniram com o governador para tratar sobre o reajuste. A última reunião ocorreu na quarta-feira passada. Presente na reunião, o secretário de Segurança Pública, Júlio Danilo, lembrou as ações do governo e o aumento de 8% já conquistado pela gestão ainda em 2019. "Essa reunião foi solicitada pelas entidades de classe das forças policiais para verificar o andamento em relação à recomposição salarial, que foi deferida e autorizada pelo governador Ibaneis Rocha e encaminhada à União. Todos os esforços necessários pelo GDF foram feitos dentro do prazo, tanto pelo governador, como pelos comandos e a Secretaria de Segurança Pública", disse na ocasião.

Presidente da Associação dos Militares Estaduais do Brasil (Amebrasil), o coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira também se posicionou. "Em 2018, o governador se comprometeu a tratar com dignidade e respeito os nossos policiais militares e bombeiros. O que temos visto é um tratamento diferenciado do governo. Os militares merecem ser tratados com respeito, já que entregam as próprias vidas em prol da sociedade", defende.